

PROFANAÇÃO HIDRELÉTRICA DE BTYRE/XINGU: FIOS CONDUTORES E ARMADILHAS (ATÉ SETEMBRO DE 2012)¹

A. Oswaldo Sevá Filho²

Usinas hidrelétricas – como as que foram projetadas na década de 1980 para barrar o rio Xingu no estado do Pará – são investimentos de grande porte, e seus fios condutores são os da acumulação capitalista.

Em todas essas “grandes obras”, logo após os boatos, as notícias truncadas, a “*inside information*”, começam as ameaças e sobrevêm o cercamento, a expropriação dos moradores das terras ribeirinhas e dos usuários dos rios e da água, a conquista de terrenos e posições. Depois, instalam-se os círculos infernais da exploração dos trabalhadores-construtores dos prédios e equipamentos e, depois, da exploração dos trabalhadores-operadores das usinas e sistemas de transmissão. Entrementes, prossegue a espoliação da economia popular por meio dos contratos lesivos feitos pelas corporações empresariais com

1 Foram utilizados alguns trechos de textos recentemente publicados pelo autor, mas este capítulo foi concebido especialmente para este livro.

2 Docente participante dos cursos de Doutorado em Antropologia Social e em Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), SP, Brasil. Formado e Mestre em Engenharia de Produção e doutor em Geografia Humana. Textos e materiais didáticos em: <<http://www.ifch.unicamp.br/profseva>>.

os bancos estatais, os fundos de pensão, o governo federal e a agência dita reguladora (a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel), e por meio das imensas transferências de rendas resultantes dos pouco conhecidos e quase nunca mencionados diferenciais de tarifas entre distintas “classes de consumidores” da mesma mercadoria eletricidade (HARVEY, 2005).

Nos vários momentos e escalas sociais e geográficas, atuam, portanto, a velha e recorrente acumulação original (mal-traduzida por *primitiva*) e a sempre aperfeiçoada acumulação propriamente dita: a extração de mais-valor (MIDNIGHT NOTES COLLECTIVE, 1990; DE ANGELIS, 2001; SEVÁ FILHO, 2012).

Obviamente, não aceitariam tais interpretações os idealizadores, promotores, propagandistas e apoiadores desses investimentos. Precisam e preferem criar seus próprios enredos de dissimulação e de logro, fabricar truques retóricos para os incautos (em geral, as vítimas da expropriação e da espoliação) e engatilhar armadilhas para os dissidentes e opositores, que podem se sentir a cada vez constrangidos a debater no campo definido pelo adversário, com as armas dele.

Enredos, truques e armadilhas das grandes hidrelétricas são ilustrações e exemplos riquíssimos da “industrialização das mentes”, há quase meio século devidamente alvejada pelo filósofo alemão Hans Magnus Enzensberger (1974), e comprovam o bombardeio das versões, a inculcação simbólica que caracterizam a mesmice retórica que Pierre Bourdieu qualificou como “a nova vulgata planetária”, aquela que se apresenta como evidente, contra a qual não caberia nenhuma alternativa.

A difusão desta nova vulgata planetária – da qual estão notavelmente ausentes vocábulos como capitalismo, classe, exploração, dominação, desigualdade e tantos outros peremptoriamente revogados sob pretexto de presumidas

obsolescência ou impertinência – é o produto de um imperialismo propriamente simbólico. Tal imperialismo é empunhado como bandeira dos partidários da revolução neoliberal, que, sob a máscara da modernização, pretendem refundar o mundo atropelando conquistas sociais e econômicas resultantes de um século de lutas sociais, pintando-as como arcaísmos e obstáculos à sua nova ordem. Os efeitos disto são ainda mais poderosos e perniciosos quando o mesmo imperialismo simbólico é empunhado também por produtores culturais (escritores, pesquisadores, artistas) e por militantes de esquerda que, na sua grande maioria, se consideram ainda como progressistas (BOURDIEU; WACQUANT, 2000, p. 1, tradução nossa).

Nem todos os interessados e estudiosos do tema precisam concordar com a adequação desse eixo de análise fundado no Materialismo Histórico e na crítica radical. Teriam então que providenciar outros quadros interpretativos e outras expressões conceituais. Ainda assim, haveria como desenrolar os fios condutores das mega-hidrelétricas sem ter que recorrer às metodologias “malditas” com as quais abrimos este capítulo?

Bastaria respeitar o rigor científico elementar da objetividade e das conexões lógicas, conferindo *o que vem sendo feito com os rios* –, afinal, é deles que vem a fonte de energia para a eletricidade produzida nessas usinas; e – *o que vem sendo feito com a eletricidade ali produzida*. Neste caso, saber e ponderar o quanto desta forma de energia – e como – vai para a reprodução humana, para os consumidores residenciais e as coletividades, e o quanto dela e como vai para a valorização de todas as demais mercadorias: eletricidade como insumo capitalista crucial para a continuidade da produção mercantil na agricultura, no agronegócio, na mineração, em todos os setores da indústria de transformação e de serviços.

Afinal, é a força dos rios que assegura a materialização da

eletricidade, e, daí em diante, os fios condutores – no sentido estrito, tecnológico, os cabos metálicos de alta tensão – conduzem também o restante da atividade social e econômica e portam junto a explicação sobre o que de fato acontece.

O que se segue neste capítulo não poderia dar conta de todo esse problema. Mas permite não ceder às tentações atraentes do enredo neodesenvolvimentista e das armadilhas do debate ofertista de energia, em especial seus logros do tipo “hidrelétrica é energia limpa, renovável”. Assim, tentarei fazer compreender em poucas páginas um tema que vem consumindo décadas da história brasileira e que repercutirá por séculos à frente. Mas também reafirmo uma relação subjetiva, militante, emocionada com a batalha. Começo retirando com pesar a interrogação por mim colocada 34 anos atrás neste título: *As obras na Volta Grande do Xingu, um trauma histórico provável* (SEVÁ FILHO, 1988).

1. FIOS CONDUTORES: RIOS E LINHAS DO LUCRO ELÉTRICO NA AMAZÔNIA

Até a década de 1960, os rios da Amazônia brasileira eram considerados como as mais importantes, e muitas vezes as únicas, vias de comunicação dos seus habitantes com o restante do país e do mundo. Seus peixes e outros animais aquáticos – tartarugas, peixes-boi, jacarés – se constituíam na principal fonte acessível de proteínas para os moradores próximos.

Isso vem se alterando desde os mais tristes anos da história recente deste país, o tempo da ditadura capitalista aliada aos latifundiários e saudosos do escravagismo, sob a tutela dos oficiais militares que deram os golpes de Estado em 1964 e 1968. A ordem deles na Amazônia foi “integrar para não entregar”. Aos seus aliados, em particular os empreiteiros e industriais que ajudaram a financiar a repressão sobre os opositores e as lideranças populares, foi dada a recompensa de abrir minas e montar garimpos muito rentáveis,

construir as longas estradas amazônicas, pilhar as melhores madeiras de lei, e... fazer as primeiras usinas hidrelétricas. Tomar as melhores terras e as águas mais sagradas. Profanando o celebrado berço esplêndido com o polpudo auxílio dos “incentivos fiscais” (abatimentos e reduções de impostos) e de agências federais e governos estaduais que cediam serviços e terras públicas para diminuir os custos de tais investimentos.

Naquele tempo de pioneirismo e guerra fria, todas as cidades amazônicas, incluindo as capitais estaduais, dependiam de usinas termelétricas queimando óleo grosso em caldeiras e óleo diesel em motores. Hoje algumas regiões da Amazônia já estão conectadas ao Sistema Nacional Interligado, algumas hidrelétricas de grande porte operam, e outras estão em fase de construção, como veremos adiante (BERMANN et al., 2010).

Parece vitoriosa a visão capitalista que pretende transformar todos os rios em fontes de eletricidade e de altos e duradouros lucros. Essa transformação não é algo natural, pois é autoritária: decidem fazê-la mesmo que muitas pessoas discordem disso, mesmo que moradores e usuários mais antigos dos rios e das terras ribeirinhas sejam expulsos e, na maioria das vezes, se tornem verdadeiros “refugiados de guerra”.

Isso continuou ocorrendo nos últimos quase dez anos, durante o período de governos considerados mais afinados com os problemas sociais do que os anteriores. Governos considerados de esquerda, mas que parecem destituídos de um pensamento próprio a respeito de temas tão vitais como o aqui discutido, e que estão sim a concretizar os impulsos dos verdadeiros comandantes da acumulação do capital global. Ei-los: empresários e banqueiros de todo o mundo, sucessores do cartel elétrico que se formou desde o século XIX, no início dessa poderosa indústria, mais os fabricantes de grandes equipamentos elétricos e mecânicos, mais as fábricas de metais que consomem muita energia e, em especial, muita

eletricidade na sua fabricação, como o alumínio, o cobre, o níquel, o estanho. Todos eles definiram: “o que interessa” na Amazônia são as jazidas de minérios valiosos – e que se tornam raros em outras regiões do mundo – e as jazidas de energia elétrica.

Podemos chamar os rios e as terras ribeirinhas de “jazidas”, porque essa é a lógica da engenharia hidrelétrica: o aproveitamento da energia contida na vazão de água, na correnteza, quando escorre ou despenca pelos desníveis do relevo em cada trecho de rio. A indústria hidrelétrica concretiza o aproveitamento da energia garantida pela altura das quedas-d’água existentes na natureza (os saltos, as corredeiras, as cachoeiras) ou então... pela altura das quedas artificiais, aqueles grandes paredões construídos de rochas e concreto: as barragens.³

Os rios têm comportamento cíclico, enchendo e esvaziando uma vez por ano, o que coloca um problema para os donos das usinas e para os usuários da eletricidade: o ideal seria garantir certa continuidade no fornecimento de eletricidade ao longo dos dias e dos meses. Por outro lado, os consumidores de eletricidade também têm um comportamento muito variável, ligando e desligando equipamentos, consumindo mais em certas horas do dia e em certas épocas do ano, e menos em outras. Aí entram as represas: quanto maior o armazenamento de água, maior a jazida, maior a chance de garantir o fornecimento de eletricidade nas épocas de menos chuva, maior a chance de guardar água nos períodos em que os

3 A força da correnteza e o peso de uma parte daquela massa de água são então conduzidos para dentro da casa de força, movimentando as turbinas que estão acopladas a geradores que produzem a corrente elétrica. Atualmente os maiores grupos turbogeradores fabricados têm, cada um, a potência de centenas de milhares de kW, e as maiores usinas têm potências de alguns milhões de kW, instalando-se em cada uma delas alguns desses grupos, com turbinas que engolem milhões de litros de água por segundo, após despencarem de alturas de queda que chegam a dezenas de metros. Para mais detalhes, ver Sevá (2008).

consumidores demandam menos energia. Quanto mais represas no mesmo rio, maior e mais domesticada a jazida de megawatts.

Os rios começam pequenos, no alto das serras e das chapadas, e vão sendo engrossados pelas águas das chuvas que caem nas terras ao longo de todo o seu percurso. Cada rio é um rio, cada bacia é uma bacia, e, além dos moradores e dos peixes que sabem muito bem disso, o assunto é meticulosamente estudado pelos engenheiros civis e eletricitistas, na busca das muitas jazidas de energia que ainda existem. As diferenciações geográficas citadas a seguir nos ajudam a entender que nem todos os trechos de todos esses rios podem ser vistos como jazidas com a mesma importância. Os trechos mais atraentes dos rios amazônicos para o capital hidrelétrico são aqueles nos quais podem ser instaladas as maiores potências elétricas: os últimos degraus rochosos do Maciço das Guianas e do Planalto Central brasileiro, onde os grandes rios já estão formados, com grandes vazões de água.

Na margem direita do Amazonas desemboca o maior de todos seus afluentes, o rio Madeira, um caso especial, pois é alimentado pelos rios Grande/Beni e Madre de Diós, que vem dos Andes bolivianos e peruanos (que são engrossados, além de pelas chuvas, pelo degelo primaveril), e por rios não tão grandes, que descem dos prolongamentos do Planalto Central brasileiro: o rio Guaporé, com vários afluentes do lado brasileiro já barrados por “pequenas” centrais, o rio Jamari, onde foi construída pela Eletronorte a usina *Samuel*, com 215 MW e alagando 64.500 hectares, e cuja energia supre menos da terça parte do consumo do Estado de Rondônia, mais os rios Ji-Paraná ou Machado e Aripuanã.

Esses rios e o próprio Madeira cruzam longos trechos sobre planaltos, e os seus últimos “degraus” antes de caírem na planície amazônica ficam localizados justamente na parte Leste da Bolívia (por exemplo, a Cachuela Esperanza, que já está no

alvo dos projetistas barrageiros), e em Rondônia. No Madeira, as corredeiras binacionais de Ribeirão também estão no alvo; as de Jirau vão sendo sepultadas pelas obras da grande usina em construção; a cachoeira Teotônio e a última, Santo Antonio em Porto Velho, já desapareceram sob a represa da outra grande usina. A cachoeira Tabajara no rio Machado também já está marcada para desaparecer (NOBREGA, 2008). Ainda no noroeste de Mato Grosso, os saltos de Andorinhas e Dardanelos, do rio Aripuanã, foram recentemente adulterados por novas hidrelétricas.

Na continuação dessa mesma região alta – o Planalto brasileiro e o seu cerrado, que mal resiste ao assédio da soja, do pasto e da cana de açúcar –, nascem e se formam os rios Juruena e Teles Pires/São Manuel, que depois formam o Tapajós. Mais a leste, entre as serras Azul e do Roncador, ficam os formadores dos rios Xingu e do Araguaia, e nas Serras dos Caiapós, Dourada e Pireneus, os formadores do rio Tocantins. Todos eles começam em altitudes próximas de mil metros e descem encachoeirados ou com longos trechos de arquipélagos e corredeiras rochosas, até atingir os últimos degraus do Planalto Central e se espalhar na planície aluvionar do baixo Amazonas.

Eis os mais importantes desses últimos degraus: o trecho encachoeirado do Tapajós, entre Jacareacanga e Itaituba-PA, que termina com a espetacular Cachoeira de São Luis, e já está na mira dos projetos mirabolantes da empresa EPE, do Ministério de Minas e Energia; o monumental trecho de 150 km encachoeirados da Volta Grande do Xingu, próximo de Altamira-PA, onde há quase 30 anos o governo federal tenta implantar a usina *Kararaô*, depois rebatizada *Belo Monte* (SANTOS; ANDRADE, 1988; SEVÁ FILHO, 2005).

O rio Araguaia corre quase todo em uma longa planície e está sob risco de alguns projetos de barramento desde a sua primeira cachoeira, Couto de Magalhães, até a sua foz no Tocantins; o maior

projeto chamado *Santa Isabel*, alagaria terras de Xambioá (TO), São Geraldo (PA) e outros municípios vizinhos. Nenhuma megasusina foi concretizada no Araguaia, embora vários de seus afluentes já tenham sido “aproveitados”, inclusive o maior deles, o rio das Mortes (MT).

O rio Tocantins, que nasce perto de Brasília e termina no rio Pará, em Belém, já foi barrado em seis trechos (Serra da Mesa e Canabrava, GO, Peixe-Angical, São Salvador, Lajeado, TO e Estreito, TO/MA). O surto barrageiro do Tocantins começou na época da ditadura militar, com a construção da usina de Tucuruí, no Pará, sepultando as corredeiras da Taboca, o último trecho encachoeirado do rio. Foi então criada a primeira leva de expropriados, cerca de 40 mil pessoas, algumas pequenas cidades foram relocadas no entorno do “lago”, um doloroso processo de reordenamento fundiário, de conflitos sem fim e um passivo ambiental crescente (MAGALHÃES, 1988, 2005).

A primeira etapa entrou em operação em 1984 e desde então Tucuruí continua em obras de ampliação até hoje. Uma segunda etapa, com uma segunda casa de força, começou a ser “motorizada” em 2002 e criou novas levas de expropriados. Com as duas casas de força, a usina atinge hoje a potência de 7.700 MW, alagando mais de 280 mil hectares.

Uma análise detalhada das destinações da eletricidade de Tucuruí, feita em 2003 pelos engenheiros eletricitas Rubens Araujo e André Saraiva de Paula, demonstra empiricamente que – apesar de um razoável despacho de eletricidade para as cidades maranhenses e paraenses e para os sistemas do Nordeste e do Brasil central – a finalidade da grande usina de fato foi atender ao enorme consumo de eletricidade nas atividades da mineração em Carajás e na fabricação de metais (alumínio, ferro-silício e ferro-gusa) para exportação, em duas grandes fábricas e várias menores no Pará e no Maranhão (ARAUJO: PAULA; SEVÁ FILHO, 2005), todas atividades que cresceram espetacularmente nos

últimos 30 anos e que, devidamente dissecadas, como fez o jornalista Lúcio Flávio Pinto, revelam a imposição de prejuízos da ordem de bilhões de dólares à empresa Eletronorte e à economia nacional (PINTO, 2010).⁴

Na tarde de 30 de novembro de 2010, uma imponente comitiva presidencial, capitaneada pelo presidente Lula e a presidente recém-eleita, inaugurou uma das longas “novelas” da economia nacional: a eclusa de Tucuruí, para permitir a navegação fluvial de cargas entre Belém e as regiões de Marabá-PA e Imperatriz-MA. A maior das poucas eclusas existentes no país foi construída, como aliás toda a usina, pela empresa Camargo Correa – que foi a segunda maior contribuinte da campanha eleitoral da candidata vitoriosa em 2010, com a contribuição de 8,5 milhões de reais.⁵ Na comitiva estavam também a ministra de Meio Ambiente e o senador maranhense Edison Lobão, ministro das Minas e Energia, representando o grupo político-econômico do ex-presidente Sarney.

Foi um dia intenso para essas autoridades, que no período matutino estavam na usina do Estreito, no mesmo rio Tocantins, na divisa entre Maranhão e Tocantins, para dar início ao “fechamento” da vazão do rio, iniciando assim a formação de mais um “lago” de hidrelétrica a serviço da indústria mundial. Os sócios da usina, com 1.087 MW de potência prevista, são quatro: 1. a norte-americana Alcoa, a maior fabricante mundial de alumínio e que é a sócia principal de uma das maiores fábricas brasileiras, a Alumar, em São Luís-MA, que acabou de inaugurar uma grande mina de bauxita (alumínio) em Juruti Velho, próximo de Santarém-PA; 2. a mineradora e metalúrgica Vale, antes estatal (Companhia Vale do

4 Ver no blog mantido pelo jornalista, artigo de 2004, postado em 27 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://valeqvale.wordpress.com/2012/09/27/o-maior-contrato-de-energia-do-brasil/>>. Acesso em: 26 nov. 2012.

5 Cf. Maior... (2010).

Rio Doce), agora comandada pelo banco Bradesco e por capitais japoneses, e também participante do Consórcio Norte Energia, da usina Belo Monte; 3. a Suez Energy, de origem francesa e belga, e que atua no Brasil por meio da Tractebel, a maior geradora privada de eletricidade e sócia maior da usina de Jirau, em construção no rio Madeira; 4. a mesma Camargo Correa, que na prática controlou a Eletronorte, comandou Tucuruí e criou Belo Monte.⁶

De fato, a ditadura do capital sob tutela militar conseguiu “integrar” a Amazônia, mas entregou, isso sim, os nossos rios como jazidas de megawatts para a indústria elétrica global.⁷

2. FIOS CONDUTORES: SÁBIOS ALERTAS SOBRE A PROFANAÇÃO HIDRELÉTRICA (1988–2007)

Numerosos estudos e críticas vêm sendo publicados nas últimas três décadas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos Belo Monte e outros no rio Xingu, dentre eles dois livros coletivos de estudiosos e especialistas. Em dezembro de 1988 foi publicado *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*, pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, com o apoio da Prelazia católica do Xingu, organizado pelas antropólogas Leinad Santos e Lúcia Andrade (SANTOS; ANDRADE, 1988), com a participação voluntária de 23 pesquisadores (dentre eles 3 estrangeiros), especialistas em Energia, Direito Ambiental, Financiamento Multilateral, Ecologia, Sociologia, Antropologia e Etnologia Indígena.

Um acontecimento extraordinário, pois a empresa federal Eletronorte havia anunciado em 1986 a construção do “complexo hidrelétrico de Altamira” (formado pelas usinas Kararaô e Babaquara) e no mesmo ano da publicação da obra (1988) tornava pública a intenção de fazer outras quatro grandes barragens no

6 cf. site do Consórcio Estreito Energia: <www.uhe-estreiro.com.br/>.

7 Trecho extraído, com modificações, de Sevá Filho, Garzon e Nóbrega, 2011.

rio Xingu e uma no seu principal afluente, Iriri, com o provável financiamento de bancos multilaterais.

Todas essas obras afetariam bastante diversas Terras Indígenas no Pará, e uma delas afogaria totalmente a cidade de São Felix do Xingu. Os antropólogos Eduardo Viveiros de Castro e Lúcia Andrade já no primeiro capítulo davam a nota dominante daquele livro: era “o Estado contra as sociedades indígenas”! (VIVEIROS DE CASTRO e ANDRADE, 1988). A saudosa Lygia Sigaud lançava com o devido rigor uma novidade incômoda, quase uma heresia: o “setor elétrico” tinha uma política com sérias *implicações sociais* (SIGAUD, 1988).

Em fevereiro de 1989, foi realizado em Altamira o *I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu* – para o qual o livro e suas cartografias tiveram importante papel de conscientização dos principais interessados: os próprios índios e boa parte dos brasileiros da região de Altamira-PA. Foi lá que a Índia Kaiapó Tu-Ira apertou as bochechas do diretor da Eletronorte e os caciques Raoni, Kube-I, Paiakan e Megaron se tornaram celebridades globais, com a ajuda do músico pop Sting e do então Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), antecessor do ISA, uma das “big ONGs” no cenário ambiental e indigenista brasileiro.

Uma das consequências desse primeiro embate foi a mudança de nome do projeto da maior usina dentre as cinco: o nome anterior, *Kararaô*, irritou visivelmente os Kaiapó por ser um “nome de guerra” e também o “sobrenome” de um grupo de parentes instalados bem na forquilha do Iriri. O então diretor da Eletronorte prometeu dar “um nome de branco”... *Belo Monte* foi escolhido. Ele nem sabia, e quase ninguém associa, mas é uma expressão mítica na cultura sertaneja, um dos nomes da geografia de Canudos e do Antonio Conselheiro no sertão baiano. Não por acaso, o povo migrante disse se lembra quando batiza novas localidades: os povoados Santo Antonio do Belo Monte, na margem esquerda do Xingu, e Belo Monte do Pontal, na margem

direita, onde os viajantes da Rodovia Transamazônica entre Anapu e Altamira tomam a balsa para a travessia do rio.

Por razões várias, internas e internacionais, os projetos no Xingu pareceram engavetados durante mais de dez anos; foram de fato escondidos do público, mas a Eletronorte e a Camargo Correa, por meio de seu ramo de consultoria (Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores – CNEC) prosseguiram em seu detalhamento.

Na reeleição do governo Cardoso–Maciel em 1998, a “coisa” renasceu das cinzas como Fênix, com uma modificação estratégica no projeto Belo Monte: o eixo do barramento principal, antes definido abaixo da foz do rio Bacajá (na margem direita do Xingu, no extremo sul da Volta Grande), foi remanejado cerca de 30 km rio acima, evitando o alagamento de um grande trecho do Bacajá e da Terra Indígena Paquichamba, dos Juruna.

Um Estudo de Impacto Ambiental, no valor de 3,8 milhões de reais, foi então encomendado pelo governo federal junto a um grupo de pesquisadores da UFPa e começou a ser feito; o Ministério Público Federal alegou ilegalidade da encomenda e obteve liminar na Justiça interrompendo a iniciativa, na primeira Ação Civil Pública de uma dramática série de onze que foram abertas contra o projeto Belo Monte até o ano de 2012.⁸

Reacendeu-se assim a disputa entre a Eletronorte (desde então, uma empresa com enormes dívidas financeiras e passivos ambientais) e os poucos grupos dissidentes, nomeadamente movimentos de mulheres, lideradas por Antonia Melo e Antonia Martins, e uma parte da Igreja Católica representada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), destacando-se a liderança do bispo de Altamira, dom

8 Ver o histórico dos embates jurídicos do Belo Monte no blog mantido pelo Procurador Federal Felício Pontes Jr, autor ou co-autor de várias ações civis públicas (ACP). Disponível em: <<http://belomontedeviolencias.blogspot.com.br/search/label/histórico%20judicial>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

Erwin Krautler. Também foi atizada novamente a ira dos indígenas mais organizados, com destaque para os Kaiapó, devidamente informados que o projeto das empresas e do governo sempre foi o de construir algumas megausinas no Xingu paraense, que afetariam bastante suas aldeias e terras no sul e no centro do estado.

Com a posse do governo Lula-Alencar em 2003, novamente a “coisa” ressurgiu das cinzas, espalhando a cizânia: quase todos os políticos petistas e seus aliados no Pará, até então liderando ou se aproveitando do movimento de resistência ao projeto, seguiram as ordens do Planalto e... mudaram de lado. O divisionismo no seio dos resistentes e desconfiados – brancos, índios, políticos, pesquisadores – foi profundo, suas sequelas prosseguem dez anos depois.

Apoiando discretamente alguns desses grupos dissidentes estava a entidade *International Rivers Network*, uma coligação de movimentos de atingidos de barragens e de movimentos de preservação dos rios em muitos países, com sede na Califórnia e que tinha um diretor residente no Brasil desde o começo dos anos 1990, Glenn Switkes. Em 2003, ele montou, com poucos recursos e em conexão com entidades de Altamira e do Pará, um primeiro “Painel” de especialistas e de entidades sobre os projetos das cinco usinas no rio Xingu (Belo Monte, Babaquara, Ipixuna, Kokraimoro e Jarina) e uma no seu maior afluente, rio Iriri (Cachoeira Seca).

Disto resultou outro livro coletivo, publicado em maio de 2005, *Tenotã-mô: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*, organizado pelo autor deste capítulo (SEVÁ FILHO; SWITKES, 2005).⁹ Dentre outras preciosidades estão as contribuições de dois ecólogos de projeção internacional: 1) Robert Goodland, então recém-aposentado do Banco Mundial, onde foi o mais experiente consultor e gerente da área de

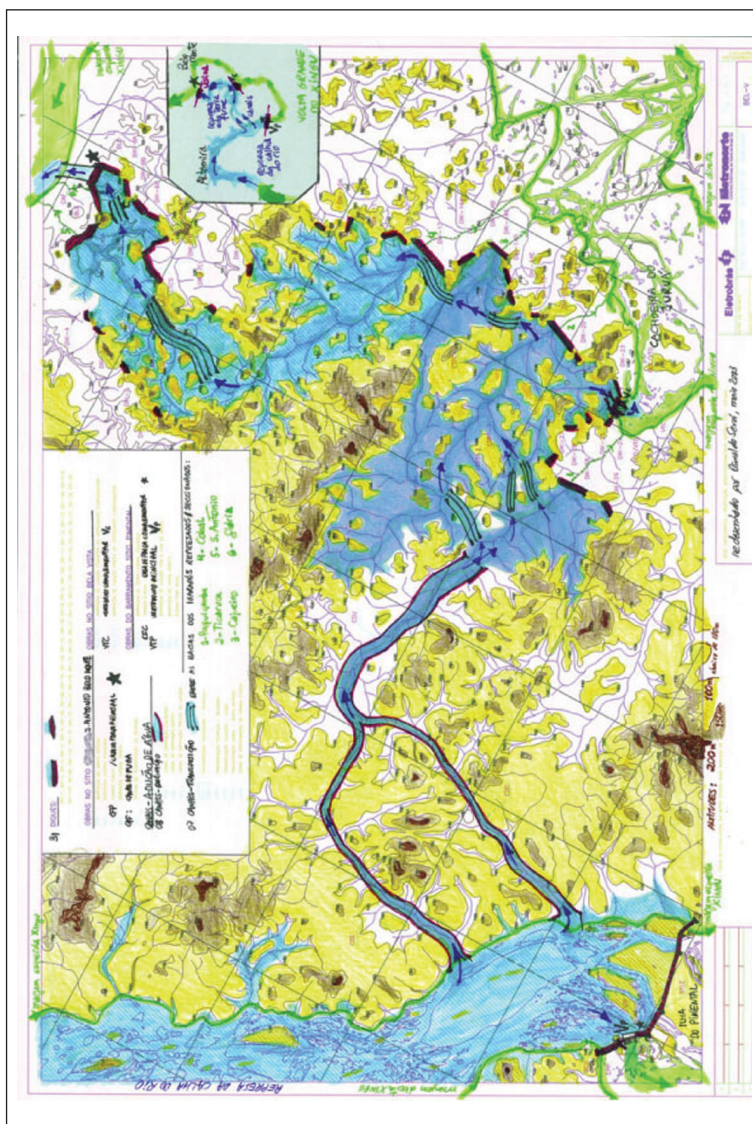
9 Os dois livros e outros documentos aqui mencionados podem ser baixados nos links do site <<http://www.ifch.unicamp.br/profseva>>. Em inglês, permanece um resumo executivo do 2º livro no site <<http://www.internationalrivers.org/resources/tenotã-mô-executive-summary-4065>>.

Hidrelétricas e Meio Ambiente, que em seu capítulo desafiou o governo brasileiro a seguir, para Belo Monte, os passos da metodologia FPIC – *Free Prior Informed Consent* (*Consentimento Livre e previamente informado*); entenda-se consentimento das populações regionalmente afetadas pela obra – algo impensável para o estilo governamental de tratoradas e medidas provisórias a serviço do capitalismo hidrelétrico (GOODLAND, 2005); e 2) Phillip Fearnside, que, no mais longo e técnico capítulo do livro, demonstrou a impressionante dimensão dos fluxos de gases carbônico e metano que seriam emitidos pelas futuras represas de Belo Monte e Babaquara e por suas turbinas (FEARNSIDE, 2005).

Destaco também dois pequenos e esclarecedores depoimentos nesse livro: o de dona Antonia Melo, líder do então Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX), sobre o assédio da empresa Eletronorte sobre a população e os movimentos locais (MELO, 2005) e o de dois antropólogos sobre o assédio da mesma empresa sobre os pesquisadores que foram contratados para elaborar partes do Estudo de Impacto Ambiental (ASSIS; FORLINE, 2005).

Chamo a atenção para uma das figuras inéditas inseridas no livro: a configuração não convencional deste projeto da usina Belo Monte, com suas três grandes barragens, uma transversal ao rio na Ilha Pimental (no canto esquerdo inferior), outras duas tangenciais (um vertedor complementar no sítio Bela Vista, na faixa inferior central, e a casa de força principal no canto superior direito) e mais cinco barragens médias barrando os igarapés afluentes do Xingu (Paquiçamba, Ticaruca, Cajueiro, Cobal e Santo Antonio), e mais de vinte diques para conter o extravasamento das sucessivas represas para as sub-bacias vizinhas!¹⁰

10 Esta imagem cartográfica foi simplesmente colorida e reforçada a partir de um desenho digital no formato “autocad”, extraído do Estudo de Viabilidade Técnica do projeto Belo Monte, da Eletrobras, de 2001; assim, era inédita quando foi publicada no livro *Tenotã Mõ*.



Essa configuração detalhada, cuja lógica é um enorme desvio da vazão do rio, num estúpido “encurtamento” da majestosa Volta Grande, e que pode atestar a inadequação da obra e também parte do seu risco técnico, vem sendo sistematicamente omitida do enredo oficial; e mesmo vários descontentes ou desconfiados pensam que o Belo Monte seria apenas uma usina como outras, “apenas” muito grande...

O questionamento detalhado do conjunto dos cinco projetos de usinas no Xingu e um no Iriri e a divulgação das críticas foram ampliados então pela nova mídia eletrônica e por uma sucessão de eventos públicos de lançamento do livro em Altamira, em São Paulo, em Belém, e reforçados pelos “links” internacionais dos movimentos e ONGs e de alguns dos autores dos capítulos do livro.

Sem que a Eletronorte nem a Eletrobras jamais reconheçam a sua cuidadosa postura reativa, o fato é que o projeto todo sofreu novas e sensíveis modificações. No novo “Estudo de inventário hidrelétrico”, apresentado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do Ministério de Minas e Energia, e aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2007, foram cancelados alguns projetos de usinas (Jarina, no rio Xingu, e Cachoeira Seca, no rio Iriri) e foram diminuídas a altura do paredão, a potência e a área alagada de outras três usinas projetadas: Babaquara, agora chamada “usina Altamira”, que deixaria de ser a segunda maior represa do mundo; Ipixuna, agora chamada “usina Pombal”, que não mais submergiria São Felix do Xingu; e Kokraimoro, que continuaria cravada na Terra Kaiapó da margem direita do rio, destruiria a principal aldeia, mas... deixaria de usurpar o seu próprio nome, pois foi rebatizada “usina São Felix”.

3. FAÍSCAS E CHOQUES, 2008. XINGU VIVO PARA SEMPRE? CUIDADO, ENGENHEIROS ARROGANTES!

Um novo feixe de articulações entre ONGs, movimentos e fundações com alguma capacidade econômica, sob a coordenação

das mesmas instâncias mencionadas (a parte resistente da Igreja Católica, as líderes feministas, International Rivers e Instituto Socioambiental – ISA), organizou, em maio de 2008, uma segunda grande reunião, o *Encontro dos Povos Indígenas e Movimentos Sociais da Bacia do Rio Xingu*. Lá estávamos, durante quatro dias e meio, algumas dezenas de convidados e voluntários “do sul”, centenas de índios, jovens e maduros guerreiros, guerreiras, várias com suas crianças, vindos de quase todas as aldeias do Xingu, incluindo os do Parque Indígena no Mato Grosso, e outras centenas de moradores e lideranças locais – para colocar na berlinda os “novos” projetos no Xingu e mostrar as caras do povo ameaçado e atingido. Alguns jornalistas locais e paraenses e vários estrangeiros geraram uma pequena repercussão imediata... até que se produziu o evento dramático, cuja imagem correu o país e o mundo e propiciou para a chamada “grande mídia” um anteparo para a sua ausência deliberada no Encontro e um álibi para a demonização dos dissidentes, alguns índios e ambientalistas em geral.

Na tarde do segundo dia de assembleia geral no Ginásio Municipal do bairro Brasília, lotado com a chegada de comitivas de colegiais, o engenheiro gerente do projeto *Belo Monte* na Eletrobras, convidado pelo ISA para expor o projeto, após sua fala rompante, ignorando o clima de “guerra” expresso por vários grupos de índios, foi castigado covardemente por alguns deles. Arrancado de sua cadeira na mesa principal, caído no chão, apesar de protegido por alguns índios e brancos próximos, teve o braço golpeado por um terçado, com um corte de alguns centímetros, que sangrou bastante.

Nos dias seguintes, o Encontro foi retomado sob forte policiamento, e as lideranças indígenas do Encontro apresentaram uma Carta de reivindicações para o Juiz Federal em Altamira e repudiaram totalmente os projetos em sua Declaração conjunta divulgada no dia do encerramento, 23 de maio. A índia Kaiapó Tu-Ira, a mesma que estrelou em 1989, recebeu das mulheres de

Altamira um exemplar do livro *Tenotã Mõ*, título que a homenageia, dentre outros motivos, pelo papel de liderança contra os projetos de hidrelétricas.¹¹ A palavra de ordem, a imagem de marca do evento era “Xingu Vivo para Sempre”. Logo abaixo do nome do evento, nos outdoors e banners, havia outra vinheta: “Povos unidos pelo Xingu”. Mas, nas camisetas feitas pelas entidades de Altamira, vendidas a R\$ 10 na entrada do Ginásio Poliesportivo da Brasília, a segunda frase era outra, mais precisa: “Discussão sobre os projetos hidrelétricos no Rio Xingu”.

Nos meses seguintes, o movimento contrário renasceu com a logomarca “Xingu Vivo para Sempre”; cresceu a onda de críticas e de resistências, principalmente por parte de algumas aldeias indígenas da nação Kaiapó localizadas na região de São Felix-PA. O cenário midiático foi excitado pelas presenças vistosas do diretor de cinema James Cameron e da atriz Segourney Weaver, logo depois da estreia mundial da sua ficção “ambientalista” em 3D, *Avatar*.

Um mês e meio depois, o governo federal, novamente em atitude reativa dissimulada, anunciou que, ao invés das quatro usinas integrantes do inventário hidrelétrico aprovado pela Aneel em 2007, seria feita “somente” Belo Monte. O instrumento normativo escolhido é em si mesmo, fraco, uma Resolução (nº 6/2008) do Conselho Nacional de Política Energética (instância criada por Fernando Henrique Cardoso, bastante inoperante diante de sua pomposa denominação), assinada pelo Ministro Lobão.¹²

11 Consulte os documentos, fotos do evento e links para outros sites conexos em <<http://www.ifch.unicamp.br/profseva>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

12 Os dois únicos artigos dessa resolução têm a seguinte redação:
“Art. 1ª Reconhecer o interesse estratégico do rio Xingu para fins de geração de energia hidrelétrica, bem como a importância estratégica de parcelas do território banhadas pelo rio Xingu para a conservação da diversidade biológica e da proteção da cultura indígena.
Art. 2ª Determinar que o potencial hidroenergético a ser explorado será somente aquele situado no rio Xingu, entre a sede urbana do Município de Altamira e a sua foz” (BRASIL, 2008).

Foi outra armadilha, um blefe, pois não há qualquer precedente em rios brasileiros com potencial hidrelétrico já aproveitado: todos têm ou terão várias usinas. O dogma metodológico da engenharia barrageira é o do “aproveitamento hidrelétrico integral”, a extração da máxima potência possível; a operação retórica é também notável, pois os engenheiros dizem que essa otimização resulta em uma “cascata” de usinas e que, assim, o rio estaria “desenvolvido” (SEVÁ, 2008).

4. ARMADILHAS DE 2009/12. LICENÇAS PARA INSTITUIR O ILEGAL. A GUERRA DE VÍDEOS. A MILITARIZAÇÃO E A JUDICIALIZAÇÃO DA “COISA”

A exigência de uma licença ambiental outorgada com base na análise e aprovação de um estudo prévio foi primeiramente objeto de uma Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente, a famosa Conama 1/1986. Mas o princípio foi revigorado com a Constituição Federal de 1988, transformando no também famoso Artigo 225. Diz o seu parágrafo 1º, inciso IV:

Para assegurar a efetividade desse direito [ao meio ambiente ecologicamente equilibrado], incumbe ao Poder Público: [...] exigir, na forma de lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade (BRASIL, 1988).

Interpretemos tais expressões, raciocinemos: a atividade é vista como potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente. A obra ou a atividade potencialmente degradam o meio ambiente, é esta a expressão da lei. Só que não há um Estudo da “Degradação” Ambiental, e sim um Estudo do “Impacto” Ambiental. Com isto, omite-se, do debate público e dos laudos, a degradação. E se está escrito que a degradação

é “significativa” é porque não é insignificante! E este é um dos adjetivos empregados com mais frequência nos textos dos EIAs, verdadeiras propagandas das empresas e seus projetos.

Alguns anos antes de ser requerida a licença para barrar o Xingu, escrevi que: se até Belo Monte pode ser licenciado, ... mais fácil ficará para qualquer outra megaobra na Amazônia, para as miragens das hidrovias cheias de batelões de soja, e da transposição de vazão entre bacias, para os pesadelos reais das burocracias das maiores minerações do mundo (SEVÁ FILHO, 2006).

O EIA do Belo Monte, aquele que foi encomendado a grupos da UFPa no segundo governo Cardoso-Maciel, depois abortado por uma Ação Civil Pública, foi retomado em 2003/2004 pela coalisão oligopolista das empreiteiras (Camargo Correa, Odebrecht, A. Gutierrez) e Eletrobras. Acelerada a sua finalização em 2008 após o susto do Encontro Xingu Vivo para Sempre, o “novo” EIA, talvez o mais volumoso de todos já feitos, começou a ser apresentado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em conta-gotas, no 1º semestre de 2009. Em poucas semanas, novamente por iniciativa de Glenn Switkes, da International Rivers Network, formou-se um novo “Painel independente”, com quase 40 estudiosos voluntários que desconstruíram a peça administrativa ficcional. Coordenado pela antropóloga Sonia Magalhães e pelo engenheiro eletricista Francisco Del Moral Hernandez, o *Painel* veio a público quase ao mesmo tempo em que seu idealizador falecia, vítima de câncer fulminante (ver MAGALHÃES; HERNANDEZ, 2009).

Na mesma época, elaborei uma longa retrospectiva dessas tentativas de implantação, *Belo monte de mentiras*, publicada na íntegra por uma agência noticiosa na internet (SEVÁ FILHO, 2009).

Já estava decidido e não havia resistência ou alerta que fizesse mudar as ordens do capital internacional repassadas pelo Planalto

para o Ibama: as audiências públicas realizadas em Altamira, Vitória do Xingu, Brasil Novo e Belém no final de 2009 tiveram a presença ostensiva de centenas de policiais e da Força Nacional; as pautas e a sequência das falas, como costuma acontecer, foram devidamente manipuladas, e a maioria do povo na plateia foi embora depois das primeiras duas horas – quando apenas os “empreendedores” falam –, e as audiências se arrastaram pela madrugada, um teste de resistência.

A Licença Prévia (LP) foi concedida em 01 de fevereiro de 2010 e o “Leilão” da energia futura foi realizado em 20 de abril pela Aneel.

Essa foi uma das grandes encenações daquele ano eleitoral, já que nenhum dos grupos empresariais que habitualmente frequentavam os leilões de eletricidade quis se apresentar; na última hora, o governo federal montou um mal alinhavado consórcio de nome determinista geográfico, “Norte Energia”, colocando como suas principais acionistas suas empresas Chesf e a falida Eletronorte, somando 49,98%.

Parece que esse percentual cabalístico cumpre funções secretas, além de ser um alibi para evitar a acusação de “estatismo”, que ocorreria se a fatia fosse superior a 50%! Para garantir ainda mais o fluxo de dinheiro certo e barato, o governo federal induziu os fundos de pensão Funcef – dos bancários da Caixa Econômica – a ficar com 10% do capital (metade dos quais por meio de um fundo misto pilotado pela empresa Engevix) e o Petros – dos petroleiros da Petrobrás – com outros 10%.

Os então sócios privados, construtoras e outros grupos brasileiros, vieram mudando a cada mês, e nos últimos grandes lances, em 2011 e 2012, entraram a Vale, que arrematou 9% do capital total, e a mineira Cemig (cujo capital o governo de Minas Gerais detém 23% do total e o sócio majoritário é o grupo Andrade

Gutierrez) e sua sócia Light RJ, que arremataram vários desses acionistas “fantasmas”, num total de 9,77% da Norte Energia.

Outro sócio importante, com 10%, é o “anfíbio” Neoenergia, cria das negociatas da privatização desenfreada, com quase 60% do capital pertencente ao Banco do Brasil e ao Previ – o fundo de pensão dos seus bancários –, e o restante da multinacional espanhola Iberdrola.

Em resumo: mesmo que o cidadão comum não tenha acesso, pelos sites das empresas, à composição exata dos seus vários cruzamentos acionários, pode-se afirmar que o circuito financeiro federal detém, por enquanto, pelo menos 78% do capital da Norte Energia.¹³

Pelo contrato com a Aneel, a “vencedora do leilão” Norte Energia pagará aos governos federal, estadual e municípios um montante anual estimado em R\$ 200 milhões a título de “compensação financeira”, que teria alguma proporcionalidade com os 500 e poucos quilômetros quadrados de superfície oficialmente alagada; e pagará ao governo federal a módica quantia de R\$ 16 milhões/ano, uma espécie de pedágio rentista, pelo “uso de bem público”. Traduzindo: as águas, a energia e as terras ribeirinhas da maravilhosa Volta Grande do Xingu.

A profanação, desde a história bíblica dos vendilhões do templo, tem seu preço. Pelo visto, neste caso é uma verdadeira liquidação!

Nos últimos semestres, choveram convites para palestras, cursos, mesas-redondas e entrevistas “sobre o Belo Monte”¹⁴ para

13 Sites consultados: <http://www.light.com.br/ri/index_ri_pt.htm <http://www.neoenergia.com/>>; <<http://norteenergiasa.com.br/site/portugues/norte-energia-s-a/>>.

14 Em junho de 2011, dei uma entrevista de uma hora de duração à rede católica de TV Século 21, que foi integralmente ao ar no programa Ação Nacional, dividida em quatro partes; ver no link <<http://www.youtube.com/watch?v=A9kylFC8G0g>> (parte1) e seguintes.

os poucos pesquisadores que acompanham o caso há vários anos, os aqui mencionados, mais o professor Célio Bermann, da USP, mais a blogueira-guerreira Telma Monteiro,¹⁵ mais o procurador Felício Pontes Jr. Do que pude saber, pouquíssimas vezes houve o contraditório, pois os apoiadores do projeto não são convidados, e, quando são, não aparecem.

De certo modo, escrever e falar “sobre o Belo Monte” também se tornou uma armadilha, pois as obras iniciaram em abril de 2011, após mais uma ilegalidade, uma “licença” parcial para uma determinada etapa do canteiro de obras, e também porque o que realmente interessa é aquilo que o governo e as empresas tentam esconder: o aproveitamento hidrelétrico no rio Xingu. Além da “coisa” atual, há as “coisas” futuras, as outras três megasusinas projetadas. Falar “do Belo Monte” sem mencionar o inventário aprovado em 2007 e os outros três megaprojetos é falar como derrotados hoje (que talvez sejamos mesmo!) e derrotados previamente no futuro (que talvez possamos não ser...).

Combateamos o projeto e defendemos a integridade do rio Xingu durante anos; então, é necessário falar e escrever, porque continua a campanha de assédio sobre os dissidentes e sobre os atingidos, continua a enxurrada de desinformação para o público em geral e porque podemos apontar a continuidade das negligências e falsidades, algumas delas detectadas pelo próprio Ibama em parecer oficial de dezembro de 2011 sobre o Plano Básico Ambiental da obra.

Bem fez o bispo dom Erwin Krautler em uma longa e franca entrevista concedida à jornalista Eliane Brum do site Época, em 04 de junho de 2012: “Lula e Dilma passarão para a História como predadores da Amazônia”; “Quando eu vi o Xingu, perdi o fôlego”;

15 O blog está disponível em: <<http://telmadmonteiro.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

“Eu nunca pensei que o Lula pudesse mentir na minha cara”; “Há gente do PT que parece fanático religioso”; “Hoje vivemos numa ditadura civil” (KRÄUTLER, 2012). Estas foram as suas frases que viraram manchetes das partes da entrevista.

Desde o 1º Encontro dos Povos indígenas do Xingu, em Altamira, 1989, vários documentários e videoclipes já foram produzidos sobre o projeto de usinas do Xingu, alguns dando voz aos dois lados, a maioria questionando e denunciando os malefícios dos projetos, uns poucos replicando aos críticos. Dentre os mais recentes está *À margem do Xingu: vozes não consideradas*, do jornalista catalão Damià Puig e equipe brasileira, finalizado em 2011 e que ganhou o 1º prêmio do Júri Popular no Festival de Paulínia daquele ano e foi selecionado para exibição no 35º Festival Internacional de São Paulo, de 2011. Um ano depois, foi finalizado *Belo Monte – o anúncio de uma guerra*, do diretor André D’Elia, lançado em 17 de junho de 2012 pela internet.¹⁶

Nesse mesmo mês, houve um quebra-quebra em um dos canteiros de obras do Belo Monte. Em seguida, a criminalização dos dissidentes. Estariam a Justiça e Polícia a serviço do Capital? Será essa a verdadeira face da implantação do projeto?

Não é pouco, e pode-se bem lembrar os anos de chumbo da história recente brasileira: interditar cidadãos por estarem em determinados locais, mesmo que sejam públicos; infiltrar policiais em acampamento do movimento contrário à obra; infiltrar provocadores, baderneiros; decretar prisões preventivas “em bloco”, incluindo pessoas que de fato nem estavam presentes nos fatos alegados.

Em Altamira e vizinhanças, circulam camionetes policiais

16 Links para o trailer do 1º documentário e a para a íntegra do 2º documentário estão no site <<http://www.ifch.unicamp.br/profseva>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

de luxo, novinhas, com logotipos da Norte Energia, doadas em cumprimento a “condicionantes” da licença; enquanto isso são ignoradas muitas das condicionantes sociais, incluindo indenizações e reassentamentos dos atingidos. Corre solta a cooptação das lideranças populares, indígenas e de professores que antes se posicionavam contrários ao projeto.

Complementando a sinfonia maligna, a Justiça Estadual do Pará, recentemente remanejada “*ad hoc*” para extrapolar suas atribuições em Altamira, enquanto em Brasília, durante anos em seguida, os desembargadores do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e também a então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie, decidiram favoravelmente ao capital, cancelando as liminares obtidas contra a obra em primeira instância, com argumentos e pretextos fornecidos pelas empresas e pelas equipes de governo nas áreas energética e ambiental.

Em 14 de agosto de 2012, pela primeira vez, o TRF1 tomou decisão favorável a uma das várias Ações Cíveis Públicas já abertas e cancelou a Licença Prévia concedida pelo Ibama ao projeto Belo Monte, ordenando a paralisação dos canteiros de obra. O mérito que foi julgado pelos desembargadores do TRF1: eles consideraram ilegal o Decreto Legislativo 788, aprovado pelo Congresso Nacional em 2005 autorizando o governo federal a prosseguir com a implantação do projeto. Sete anos antes, em Altamira, o “Consórcio dos municípios do Belo Monte”, então presidido pelo prefeito Eraldo Pimenta (PT) de um município vizinho, comemorava a aprovação do decreto inundando a cidade com outdoors, nos mesmos dias de julho de 2005 em que lançamos em Altamira o livro *Tenotã Mõ*.

O Decreto 788/2005 foi resultado de proposta apresentada pelo deputado Fernando Ferro (PT-Pernambuco) e teve o ex-presidente Sarney como relator no Senado – uma manobra destinada a contornar de algum modo o Artigo 231 da Constituição

Federal, que obrigaria a consulta aos indígenas atingidos e em seguida a autorização do Congresso.¹⁷

A decisão sobre a paralisação das obras na Volta Grande do Xingu provocou reações de todos os lados. Enquanto os movimentos dissidentes conseguiam pela primeira vez “cantar vitória”, o consórcio Norte Energia mostrou suas garras ao classificar como “inadmissível” a decisão judicial e protelou por vários dias a paralisação efetiva, que somente ocorreu na quinta-feira de 23 de agosto. Já a Advocacia Geral da União (AGU) aumenta a lista de barbaridades jurídicas cometidas sob a batuta do Planalto entrando rapidamente com um pedido para o presidente do STF julgar sozinho a matéria.

O presidente do STF deu, na sexta-feira (24 de agosto), um prazo para que o Ministério Público Federal se manifestasse sobre a “reclamação” do Palácio do Planalto; os procuradores trabalharam no fim de semana e entregaram o seu parecer às 11h da segunda-feira (27 de agosto).

Como a mídia toda informou, os imponentes magistrados do STF passaram a tarde toda no julgamento do tal “mensalão” e... bingo! Às 20h foi publicada a liminar do ministro Ayres Britto suspendendo a decisão do TRF1: a obra podia retomar... depois de paralisada por quatro, dias incluindo um fim de semana!¹⁸

Em meados de setembro, um movimento formado por pescadores da região da Volta Grande acampou na Ilha Pimental, destinada a ser totalmente tomada e destruída pela principal barragem do rio Xingu, cujas ensecadeiras preliminares estão sendo erigidas pelo consórcio construtor da obra; no dia 19 de

17 Para mais detalhes políticos e jurídicos, veja o artigo de Telma Monteiro (2012).

18 Acompanhe os informes no tag <<http://racismoambiental.net.br/tag/uhe-belo-monte/>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

setembro, montaram uma singela barreira de canoas, voadeiras e pequenos batelões na frente de uma enseadeira. Foi um tipo de “empate” fluvial, atrapalhando o trânsito das balsas e barcas das empresas; em menos de dois dias, a Justiça estadual em Altamira determinou a saída deles, impondo multa de R\$ 5 mil por dia! E o Palácio do Planalto decidiu enviar ao local, junto com o oficial de Justiça, a poderosa e cara Força Nacional para desalojar os ameaçadores pescadores.

Enquanto isso... uma misteriosa empresa mineradora, Belo Sun Mining, teve a primeira etapa de seu licenciamento ambiental já acordada com as agências ambientais paraense e federal e realizou em prazo recorde uma audiência pública para o seu projeto de produção de 50 toneladas de ouro ali mesmo, logo abaixo da Ilha Pimental.

O mesmo metal precioso, cotado atualmente a mais de R\$ 100 o grama, pode explicar a afoiteza das obras no rio Madeira, no rio Tapajós e seu afluente Jamanxim, e na Volta Grande do Xingu. Difícilmente isto seria admitido, e nunca será conhecido em detalhes. Ouro é ouro, ninguém sai anunciando, ninguém explica direito...

5. O RIO CONDUTOR DOS TEMPOS. NO MEIO DO REDEMUNHO, BTYRE¹⁹

O riozão verde-garrafa vem do planalto mato-grossense coletando as águas do Batovi, Curisevo, Sete de Setembro, Culuene e tantos outros até chegar ao Pará e desaguar no rio Amazonas.

19 Extraído de artigo inédito publicado na revista Índio (ano 1, n. 3, São Paulo, 2011). O número integral da revista está disponível no link: <<http://revistaindio.files.wordpress.com/2011/09/pdf-c3adndio-3c2aa-edic3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

O artigo foi reproduzido também pelo CIMI em <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=5791>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

Passa pela morada dos sobreviventes dos povos Kayabi, Kuikuro, Ikpeng, Kamaiurá, Yawalipiti, Suyá, todos agrupados no Parque Indígena do Xingu na época dos lendários irmãos Villas Bôas – sertanistas responsáveis pela criação da reserva nos anos 1960.

“O Parque” é a imagem, a marca registrada do Xingu, muitas vezes a sua única referência. Muitos pensam que o projeto Belo Monte o atingirá, alagando as terras do Parque do Xingu.

Rio de índios, há 2 mil anos e mais o Xingu foi dos Yudjá, que chamamos hoje de Juruna. No século passado foi conquistado na força da flecha e da borduna pelos Mbengokre, que chamamos de Kayapó. Agora, juntos, eles disputam o rio com madeireiros, garimpeiros e os perigosos barrageiros. Estes últimos ressurgiram em 2009 com força e poder de mudar o curso do rio para sempre, com seus altos paredões que desviam a correnteza para as turbinas engolirem as águas caudalosas do Xingu para a geração da mágica eletricidade, de que todos os brancos e até mesmo os índios gostam.

Eletricidade esta que as grandes empresas adoram – fonte de lucros certos, ainda mais com contratos bem ajustados.

Mas parece que os Juruna não gostam nada da ideia da usina, só alguns. Nem os Kayapó, que chamam Bityre o Xinguzão, querem perder seu fabuloso rio. Dos Metuktire, que vivem perto da divisa do Mato Grosso com o Pará, aos Mekragnoti, que moram rio abaixo, além dos muitos Xikrin, da testa raspada e moradores da região de São Félix e do Bacajá, todos são parentes que se juntam para lutar contra o inimigo comum: Belo Monte.

Em Altamira, principal município da região, termina a forquilha do Iriri e começa a esplêndida Volta Grande do Xingu, toda encachoeirada. Lá se abrigam os ribeirinhos dos pedrais coloridos e lindas praias douradas. É também morada dos exploradores de igarapés, dos comedores de macacos e catetos, dos coletores de

castanha, os Parakanã, exilados do rio Tocantins há 30 anos pela represa de Tucuruí. Abriga ainda os Araweté, os Asurini, e mais e mais Juruna, Arara, Xipaia. Na cidade, na luta de todos os pobres, continuam os índios, que vão e voltam das aldeias, fazem enfeites, pescam, vão ao hospital, se viram.

Todos eles enredados no redemunho das conversas de certos velhos “indigenistas” da Funai, enrolados, ou não, nas cantadas de cooptação dos brancos da Eletrobras, da Eletronorte, das consultorias Cnec, E-Labore, Leme – interessados no sucesso do grande investimento capitalista. Gente besta, espertinha, que há anos assedia os índios e os demais xinguanos para concordar e achar linda a maquete do rio todo barrado.

Querendo e podendo fazem. Ora, como fizeram em Itaipu, Paulo Afonso e alhures! Mas no Xingu, precisam também do apoio do povo. Flexibilizá-lo, pois.

Lembramos por vezes dos índios, no estrelato das câmeras e holofotes, quando se reúnem coloridos e bravos. Quase nunca lembramos justo, destratamos a memória, sem lhes dar o mérito da humanidade e da precedência nessa terra linda. Os que estavam antes de nós todos, que conseguiram não morrer dos massacres de bala e faca, bactérias e vírus levados por nós – que nos achamos civilizados.

No dito Estudo de Impacto Ambiental, “componente indígena” virou “objeto”, enquanto “a obra”, notou há mais de 20 anos o antropólogo e amigo Eduardo Viveiros de Castro, virou “sujeito”. A total inversão de conceitos e valores. Só a obra interessa. Suprema. E eles – os índios – interferem. Querem o rio para eles e para todos. São “impactados”.

O Ibama, que cuida só de bicho e de planta, agora tem que consultar a Funai para ver se o “impacto” nos humanos índios será direto ou indireto, de curto, médio ou longo prazo. Mitigado

ou compensado. Se a tal oitiva foi feita ou não. Claro que não foi. Ou foi enganosa.

E quando os procuradores contestaram, os interessados compraram desembargadores e derrubaram as ações. Quando a Organização dos Estados Americanos disse que os direitos humanos foram violados aqui, os entreguistas conhecidos apareceram como patriotas e repudiaram a “intromissão” internacional. Jornalistas obcecados por partidos políticos acusaram a oposição – que neste item inexistente.

Pergunto-me se a burocracia do Estado e se o serviço caro de grandes empresas e escritórios escutam bichos. Entendem a voz das plantas, talvez? Sabem que Btyre é velho, da era quaternária, e novo a cada inverno bem aguado? Que seu leito e calha têm pedras lindas, cavernas fundas, rochas pontudas, craquentas feito corais, que fazem rebojo na água de cima? Que Btyre tem almas e humores? Sabem nada. Têm apenas que “minimizar”, “compensar”. Tudo para fazer o que não deviam.

Nem mesmo os engravatados, que mediram as águas e as quedas do rio tantos meses e anos em tantos locais, escrevem números confiáveis sobre Btyre. Números que só servem para dizer que a coisa, ou seja, a hidrelétrica, depois de pronta, funcionará. Mas quem garante ficar pronta? Quem garante produzir o que prometem? Se construída, colocam máquinas extrapossantes, capazes de gerar mais de onze milhões de megawatts – quase 10% de tudo instalado no país. Incrível, mas os projetistas se esquecem que nos verões xinguanos terão de desligar quase todas as caras máquinas, garantindo apenas um milhão e pouco de kW.

Terceira maior do mundo? Só se for na mentira!

Decretaram fazer “só essa usina” no Xingu. Mentira também. Há 30 anos estudam e desenham outras quatro, cinco

no mesmo riozão. E se fazem uma, fazem todas! Assim é, não há contraexemplo.

Tanta gente escrevendo, falando, dando pitaco, papagaiando: os da época da ditadura cruel inventaram a coisa, e também os menos velhos, que eram contra, agora bandearam doutro lado. Vai entender!

Temos que acreditar que só pensam em enquadrar o Xingu e a gente xinguana para o bem geral da nação? E que nação somos, então?

Sou contra este projeto desde 1987, quando comecei a decifrar o diabo no meio do redemunho. Mesmo que nenhum índio fosse afetado, milhares de outros brasileiros já estão sendo infernizados com a especulação barrageira. Uns 30 mil ou mais serão prejudicados, incluindo colonos antigos, assentados nos travessões da Transamazônica e todos os moradores da cidade de Altamira.

Que não houvesse milhares de seres humanos atingidos, que não fossem para baixo d'água e das obras mais de 60 mil hectares de Amazônia pouco desmatada, junto com um dos maiores monumentos fluviais do mundo, mesmo assim, continuaria contrário a Belo Monte.

E muitos mais brasileiros terão boas razões para batalhar contra a implantação desse desatino: serão extorquidos 40 ou 50 bilhões de reais do nosso dinheiro público por uma minoria de poderosas empresas do mundo globalizado. E com isso o capitalismo tupiniquim continua a se reproduzir no que tem de pior, aprofundando sua conhecida e mal afamada desigualdade socioeconômica, uma das dez piores do mundo. Como o diabo no meio do redemunho.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Rubens; PAULA, André S. de; SEVÁ FILHO, Oswaldo. A eletricidade gerada em Tucuruí: para onde? para que? In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo (Org.); SWITKES, Glenn (E.). *Tenotã Mõ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*, Pará, Brasil. São Paulo: International Rivers Network, 2005. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/profseva>>. Acesso em: 26 nov. 2012.

ASSIS, Eneida; FORLINE, Louis. As pressões da Eletronorte sobre os autores do EIA. In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo (Org.); SWITKES, Glenn (E.). *Tenotã Mõ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*, Pará, Brasil. São Paulo: International Rivers Network, 2005. p. 91–92. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/profseva>>. Acesso em: 28 nov. 2012. (Trecho extraído de ASSIS, Eneida; FORLINE, Louis. Dams and Social movements in Brazil: quiet victories on the Xingu. *Practicing Anthropology*, v. 26, n. 3, p. 21–25, Summer 2004).

BERMANN, Célio; WITMANN, D.; DEL MORAL H. F.; RODRIGUES, L. A. Usinas hidrelétricas na Amazônia – o futuro sob as águas. In: SEMINÁRIO “POLÍTICAS PÚBLICAS E OBRAS DE INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA: CENÁRIOS E DESAFIOS PARA GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL”, maio 2010, Brasília. Apresentação.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. La nouvelle vulgate planétaire. *Le Monde Diplomatique*, maio 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Resolução nº 6, de 3 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/conselhos_comite/CNPE/resolucao_2008/Resolucao_6.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2012.

DE ANGELIS, Massimo. Marx and primitive accumulation: the continuous character of capital's “enclosures”. *The Commoner*, n. 2, Sept. 2001. Disponível em: <www.thecommoner.org>. Acesso em: 26 nov. 2012.

ENZENSBERGER, Hans M. The industrialisation of the mind. In: _____. *The Consciousness Industry on Literature, Politics and the Media*. New York: The Seabury Press, 1974. p. 3–15. Edited by Michael Roloff.

FEARNSIDE, Phillip. Hidrelétricas planejadas no rio Xingu como fontes de gases do efeito estufa: Belo Monte (Kararaô) e Babaquara (Altamira). In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo (Org.); SWITKES, Glenn (E.). *Tenotã Mõ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*, Pará, Brasil. São Paulo: International Rivers Network, 2005. p. 204–241. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/profseva>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

GOODLAND, Robert. Evolução histórica da avaliação do impacto ambiental e social no Brasil: sugestões para o complexo hidrelétrico do Xingu. In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo (Org.); SWITKES, Glenn (E.). *Tenotã Mõ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*, Pará, Brasil. São Paulo: International Rivers Network, 2005. p. 175–191. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/profseva>>. Acesso em 28 nov. 2012.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola: 2005. (1st ed. 2003, Oxford Univ. Press).

KRÄUTLER, Erwin. *Dom Erwin Kräutler: “Lula e Dilma passarão para a História como predadores da Amazônia”*. Entrevistadora: Eliane Brum. São Paulo: Época, jun. 2012. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/06/dom-erwin-krautler-lula-e-dilma-passarao-para-historia-como-predadores-da-amazonia.html>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

MAGALHÃES, Sonia B. Exemplo Tucuruí: uma política de relocação em contexto. In: SANTOS; Leinad O. A.; ANDRADE, Lúcia M. M. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988. p. 111–120. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/profseva>>. Acesso em: 26 nov. 2012.

----- . Política e sociedade na construção de efeitos das grandes barragens: o caso Tucuruí. In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo (Org.); SWITKES, Glenn (E.). *Tenotã Mõ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*, Pará, Brasil. São Paulo: International Rivers Network, 2005. p. 245–254. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/profseva>>. Acesso em: 26 nov. 2012.

MAGALHÃES, Sonia M. A.; HERNANDEZ, Francisco D. M. (Org.). *Painel de Especialistas: Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte*. Belém, 2009. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

MAIOR doador da campanha de Dilma deve ao BNDES. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 01 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,maior-doador-de-campanha-de-dilma-deve-ao-bndes,647893,0.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

MELO, Antonia. O assédio da Eletronorte sobre o povo e as entidades na região de Altamira. In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo (Org.); SWITKES, Glenn (E.). *Tenotã Mõ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*, Pará, Brasil. São Paulo: International Rivers Network, 2005. p. 55–57. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/profseva>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

MIDNIGHT NOTES COLLECTIVE. *The new Enclosures*. Reprinted from Midnight Notes n. 10, 1990; The Commoner, n. 2, Sept. 2001. Disponível em: <www.thecommoner.org>. Acesso em: 26 nov. 2012.

MONTEIRO, Telma. Bastidores – Belo Monte, a consulta que não houve. *Correio da Cidadania*. 20 ago. 2012. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7525:manchete200812&catid=34:manchete>. Acesso em: 28 nov. 2012.

NOBREGA, Renata da S. Contra as “invasões bárbaras”, a humanidade: A luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikólóéhj) contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, em Rondônia. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PINTO, Lúcio F. *Tucuruí, a barragem da ditadura*. Belém: Edição do Autor, 2010.

SANTOS, Leinad A. O.; ANDRADE, Lúcia M. M. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de SP, 1988.

SEVÁ, Oswaldo. Estranhas catedrais. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. *Ciência e Cultura*: revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ano 60, v. 3. p. 44–50, jul.–ago.–set., 2008. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/profseva>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. Obras na Volta Grande do Xingu: um trauma histórico provável? In: SANTOS, Leinad A. O.; ANDRADE, Lúcia M. M. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988. p. 25–41. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/profseva>>. Acesso em 26 nov. 2012.

_____. Desfiguração do licenciamento ambiental de grandes investimentos (com comentário sobre as hidrelétricas projetadas no rio Xingu. In: VERDUM, Roberto; MEDEIROS, Rosa M. V. de. *RIMA – Relatório de impacto Ambiental: Legislação, elaboração e resultados*. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. Belo monte de mentiras!: A história nada exemplar dos projetos hidrelétricos no maravilhoso rio Xingu, inventados pelos mafiosos e herdeiros da ditadura militar. *Correio da Cidadania*, out. 2009. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=69&Itemid=179>. Acesso em: 28 nov. 2012.

_____. Territórios-resistência do povo e regiões-alvo do capital: Notas sobre a espoliação e a luta política. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 28., jul. 2012, São Paulo. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br>. Acesso em: 26 nov. 2012.

SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo; GARZON, Luís Fernando Novoa ;NÓBREGA, Renata da Silva. Rios de Rondônia: jazidas de megawatts e passivo social e ambiental. In: BORRERO, Antônio Manuel Valdés; MIGUEL, Vinicius Valentin Raduan (Org.). *Horizontes Amazônicos: economia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo (Org.); SWITKES, Glenn (E.). *Tenotã Mõ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu, Pará, Brasil*. São Paulo: International Rivers Network, 2005. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/profseva>>. Acesso em 26 nov. 2012. (texto integral). Disponível em: <<http://www.internationalrivers.org/resources/tenotã-mõ-executive-summary-4065>>. Acesso em: 26 nov. 2012. (sumário executivo).

SIGAUD, Lygia. Implicações sociais da política do setor elétrico. In: SANTOS, Leinad A. O.; ANDRADE, Lúcia M. M. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de SP, 1988. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/profseva>>. Acesso em: 26 nov. 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; ANDRADE, Lúcia. M. M. Hidrelétricas do Xingu: O Estado contra as sociedades indígenas. In: SANTOS, Leinad A. O.; ANDRADE, Lúcia M. M. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de SP, 1988. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/profseva>>. Acesso em: 26 nov. 2012.